

Cooperação técnica brasileira para a agricultura no Continente Africano.

Gislaine Freitas Dantas¹

¹Graduando em Geografia Bacharelado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 59.300-000, Caicó-RN, Brasil.

gislaine.dantas@yahoo.com.br

Gleydson Pinheiro Albano²

² Professor Adjunto I, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 59300-000, Caicó/RN, Brasil.gleydson_albano@hotmail.com

Resumo

Na última década, com a reconfiguração da economia mundial, o Brasil buscou promover uma política de diversificação de sua inserção internacional, para isso ele utilizou as técnicas que já dominam o nosso cenário agrário, para compartilhamento da mesma nos territórios africanos, a partir da estatal Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). O presente trabalho analisa a atuação da EMBRAPA na África a partir da cooperação técnica com referido continente nos últimos 10 anos. Para isso visa em um primeiro momento discorrer sobre o histórico da cooperação técnica brasileira no exterior e na África. Posteriormente, se fará um mapeamento dos principais projetos no continente africano da EMBRAPA. Por fim, analisará os mais importantes projetos em andamento atualmente (Gana, Moçambique, Mali e Senegal), analisando o conteúdo dessa cooperação técnica. Para se fazer a referida análise se contará com uma leitura documental sobre os projetos da EMBRAPA na África, além de buscar suporte nos pesquisadores da EMBRAPA responsáveis pelos quatro escritórios da referida estatal na África. Também se buscará suporte em sites institucionais dos referidos países em questão, além de leituras bibliográficas complementares em bases de dados acadêmicos na internet, como a Biblioteca de Teses e Dissertações, publicações da Agencia Brasileira de Cooperação, EMBRAPA, Ministério das Relações Exteriores e Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada.

Palavras – Chave: Agricultura, África, Cooperação Técnica, EMBRAPA

Introdução

A cooperação técnica internacional constitui importante instrumento de desenvolvimento, auxiliando um país a promover mudanças estruturais nos campos social e econômico, incluindo a atuação do Estado, por meio de ações de fortalecimento institucional. Os programas praticados sob sua égide permitem transferir ou compartilhar conhecimentos, experiências e por intermédio do desenvolvimento de capacidades humanas e institucionais, com vistas a alcançar um salto qualitativo de caráter duradouro.

Na última década, com a reconfiguração da economia mundial, o Brasil busca promover uma política de diversificação de sua inserção internacional, para isso ele utiliza as técnicas que já dominam

o nosso cenário agrário, para compartilhamento da mesma nos territórios africanos, a partir da estatal Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

Demonstra-se também que é através das diretrizes da Agência Brasileira de Cooperação – ABC, órgão vinculado ao Ministério das Relações Exteriores – MRE, que as ações da EMBRAPA são coordenadas para a transferência, á países africanos, estes por sua vez recebem tecnologias e capacitação técnica, que foram bem sucedidas na agropecuária do Brasil.

Como acontece com outras políticas públicas, a política exterior brasileira tem experimentado uma série de modificações com o passar dos anos, que combina mudanças iniciadas há longo tempo com inovações mais recentes. Desde o ano de 2003, a presença no continente africano por empresas brasileiras, tem se fortalecido cada vez mais, principalmente através da atuação com parceiros locais na implantação de projetos modelo em agricultura.

Esses projetos tem o objetivo de reproduzir o sucesso alcançado no cerrado brasileiro e aprimorar o desenvolvimento agrícola e o agronegócio na África. Constituem exemplos dessa atuação o Projeto *Cotton-4* (que congrega Benin, Burkina Faso, Mali e Chade), o Apoio Técnico ao Desenvolvimento de Inovação Agrária em Moçambique, além do Projeto de Desenvolvimento da Rizicultura no Senegal.

O artigo analisa a política externa brasileira, em particular a relação de cooperação técnica entre Brasil e Moçambique, e está dividido em: um primeiro momento sobre o histórico da Cooperação Técnica Brasileira, depois se falará sobre a política externa brasileira, como conseguinte a inserção da EMBRAPA nessa cooperação mostrando sua função operacional e articulação no país africano; por último, se fará uma descrição da forma como tem acontecido essa colaboração entre os países, dando a singularidade para o projeto do Corredor de Nacala.

Histórico da Cooperação Técnica Brasileira

As origens históricas e princípios da cooperação técnica internacional como instrumento de desenvolvimento remontam a diferentes conjunturas, principalmente com o fim da Segunda Guerra Mundial (AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO, 2012). Naquela época após a conferência Bretton Woods, em julho de 1944, foram criados o Banco Mundial e o Fundo Monetário – FMI (INOUE & APOSTOLOVA, 1995). A cooperação internacional regular foi delineada para englobar aspectos científicos, técnicos e tecnológicos pela Organização das Nações Unidas (ONU), devido à necessidade de reconstruir os países afetados pela guerra e de acelerar o desenvolvimento dos países menos industrializados. (BONIFÁCIO MAGALHÃES, 2008)

Seguindo essa vertente a expressão "assistência técnica" foi instituída, em 1948, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, que a definiu como a transferência, em caráter não comercial, de técnicas e conhecimentos, mediante a execução de projetos a serem desenvolvidos em conjunto entre atores de nível desigual de desenvolvimento, envolvendo peritos, treinamento de pessoal, material bibliográfico, equipamentos, estudos e pesquisas. Em 1959, a Assembleia Geral da ONU decidiu rever o conceito de "assistência técnica", substituindo a expressão por "cooperação técnica", ou seja, "houve um aprimoramento do termo, que era propício para definir uma relação que, se por um lado pressupõe a existência de partes desiguais, por outro representa uma relação de trocas, de interesses mútuos entre as partes." (CERVO, 1994)

Segundo a ABC¹, mesmo após a reconstrução dos países afetados pela guerra, os vários países desenvolvidos deram continuidade aos programas de cooperação, estimulados pela ONU, a cooperação prestada pelos organismos internacionais passou a apresentar grande atrativo se comparada à cooperação bilateral, pois, na medida em que se aprofundavam os interesses comerciais, se dificultava os fluxos dos conhecimentos técnicos.

O Brasil foi beneficiado nesta primeira fase da cooperação multinacional, tendo recebido apoio técnico e financeiro das nações doadoras do hemisfério Norte para a estruturação de diversas instituições que tiveram importância crucial no desenvolvimento do País, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e a Fundação Oswaldo Cruz. (ABREU, pág. 15, 2008)

Fica evidente que o Brasil se beneficiou das transformações econômicas acontecidas globalmente, e da transmissão de poder para os países emergentes, coisa que anteriormente não acontecia, o estágio de desenvolvimento alcançado pelo nosso país, entre diversos países que vinham se beneficiando intensamente da cooperação internacional nas últimas décadas, fez com que algumas instituições brasileiras fossem demandadas com crescente intensidade tanto por países interessados na sua experiência quanto por organismos internacionais. Desta forma, houve um reconhecimento por parte do governo brasileiro na importância que a cooperação técnica havia representado para o desenvolvimento nacional, considerou que o Brasil deveria dar um retorno compatível com os benefícios dela obtidos e colocou sua experiência à disposição dos países interessados.

Com a efetiva criação da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), o tema cooperação ganhou notória importância, passando a constar frequentemente nos discursos oficiais, tanto os presidenciais, quanto os dos ministros das relações exteriores. Com isto, houve um expressivo crescimento no número de atos internacionais – ajustes complementares, memorandos de entendimentos e protocolos de intenções – com a finalidade de fomentar a cooperação técnica.

A ABC foi criada em setembro de 1987, por meio do Decreto Nº 94.973, como parte integrante da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), vinculada ao Ministério

das relações Exteriores (MRE). Hoje, em 2012, conforme estabelecido no Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores, compete à Agência Brasileira de Cooperação planejar, coordenar, negociar, aprovar, executar, acompanhar e avaliar, em âmbito nacional, programas, projetos e atividades de cooperação para o desenvolvimento em todas as áreas do conhecimento, recebida de outros países e organismos internacionais e aquela entre o Brasil e países em desenvolvimento, incluindo ações correlatas no campo da capacitação para a gestão da cooperação técnica e disseminação de informações. A ABC/MRE atua, no âmbito do Itamaraty, vinculada à Subsecretaria-Geral de Cooperação e de Promoção Comercial” (AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO, 2012).

Cooperação subentende uma relação entre iguais, ou parceiros, que almejam uma meta comum. Se bem-sucedido, o esforço de cooperação constitui-se num elemento mobilizador capaz de, a partir do reconhecimento e valorização do estágio preexistente, acelerar a ascensão de uma sociedade na escada social e tecnológica (PLONSKI, 1994).

No final dos anos 1980, o quadro de instabilidade e recessão, indefinição de política econômica e descontrole inflacionário, o que levou os agentes produtores a perceberem que o modelo deveria ser revisto, fato que já vinha acontecendo na maioria dos países da América Latina (LACERDA, p.203, 2003)

A partir da década de 90 que o Brasil começa a impulsionar suas ações de cooperações com países em desenvolvimento, pois passávamos por questões de afirmação política e econômica a nível global. Os modelos de substituição adotados em décadas passadas pelo governo brasileiro haviam se esgotado, era necessária uma abertura econômica.

E foi sob essa justificativa, que o país utilizou-se para pregar o desenvolvimento econômico, consequência de uma organização dos fatores de produção, e isso resultou em forte desindustrialização nacional e aumento do desemprego (LOBO, 2010, p.10). Outro resultado dessa abertura foi o aumento da oferta de produtos serviços com preços e tecnologias mais acessíveis (LACERDA, 2003, p.100).

Desta forma, ficou evidente que o Brasil necessitava de fortalecimento e de uma maior diversificação das relações de interações regionais e mundiais, tornando-se um país mais ativo nessas questões. Tais relações do comércio exterior brasileiro não se restringiram apenas à América do Sul, com determinação de fortalecer o MERCOSUL, merecendo destaque também a intensa discussão da integração continental através da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA (ALMEIDA, 2001, p.574), que ao final não se concretizou.

A política externa brasileira a partir de 2003 – Integração com os países do continente Africano

A política externa brasileira conheceu notável evolução nos últimos dez anos, que compreendem os dois mandatos do governo Luiz Inácio Lula da Silva e início dos dois primeiros anos do governo de Dilma Rousseff, mas é importante dá um destaque ao governo de Fernando Henrique

Cardoso, pois “este período do qual a política externa brasileira acentua-se hoje teve início no auge do modelo neoliberal da globalização, com a ideia de que o país deveria se inserir no novo cenário internacional numa perspectiva de ampla abertura aos fluxos comerciais e financeiros”. (VIZENTINI, 2005, p. 01)

Fazendo uma comparação breve sobre as diplomacias presidenciais de Fernando Henrique e Lula, pode-se afirmar que (ALMEIDA, 2004, p. 178);

No plano mais geral, FHC manteve uma abordagem tradicional da diplomacia e a via como tendo um papel acessório no processo de desenvolvimento. Lula, por sua vez, deseja promover uma política externa criativa (definida como “ativa e altiva” por seu chanceler), e acredita que ela tem um papel substantivo na conformação de um “projeto nacional”. FHC entretinha um diálogo com outros líderes mundiais, buscando um melhor ambiente cooperativo para o desenvolvimento do Brasil. Lula, de seu lado, busca exercer uma liderança regional e internacional para mudar substantivamente e trazer justiça ao mundo, bem como implantar uma nova geografia comercial.

Portanto, a opção adotada pelo Brasil propõe a substituição de uma visão de cunho meramente assistencialista para uma estratégia de parceria e cooperação para o desenvolvimento dos países que recebem ajuda e colaboração do nosso país, Lula veio para afirmar esse compromisso com a política externa do Brasil.

Nos últimos anos, como se vê, a política externa brasileira tem enfatizado a real importância do diálogo político e da Cooperação Sul-Sul em resposta às disparidades de poder e às crescentes assimetrias internacionais. A importância disso pode-se notar nas ações brasileiras que tem se amparado principalmente em eixos bilaterais, multilaterais e trilaterais (NASLAUSKY 2002), quanto se desenvolvido por meio de coalizões e disposições de alcance e composição variáveis.

As ações de cooperação brasileiras conjugam temas tradicionais – econômicos técnicos e científicos - com o tratamento de questões como inclusão e equidade social, combate à fome e à pobreza, segurança alimentar, promoção de direitos humanos e igualdade de gênero.

O Brasil inseriu em sua política externa um intenso viés de cooperação com a África, assim como outros vários países, e isso foi em passo acelerado assimilado pelas instituições governamentais brasileiras em função, inclusive dos laços históricos presentes nas relações exteriores do país, com os países africanos. Segmentos como o de agricultura, educação, transportes e saúde, entre outros, transformaram-se em áreas importantes para a cooperação técnica.

No âmbito regional, o país demonstra “proatividade” em instâncias como a União das Nações Sul-Americanas (Unasul), o Mercado Comum do Sul (Mercosul), o Sistema Econômico Latino-Americano (Sela), a Associação Latino-Americana de Integração (Aladi) e a Organização dos Estados Americanos (OEA). Em termos de mecanismos intergovernamentais, o Brasil contribui ativamente em

foros como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e a Secretária-geral Ibero-Americana (SEGIB).

A atuação brasileira nessas diferentes modalidades de cooperação internacional demonstra vividamente que o país apreende a promoção ao desenvolvimento de forma holística, sem priorizar um tema específico decorrente de interesses unilaterais. Em consequência, a agenda brasileira de cooperação internacional para o desenvolvimento se dissemina mediante mecanismos de intercâmbio bilaterais, regionais ou multilaterais.

Quando se fala em relações Brasil-África no século XXI, a maior parte da produção acadêmica brasileira enfatiza os avanços que o governo Lula trouxe, em especial, quando comparado ao governo Fernando Henrique Cardoso. De fato, na primeira década dos anos 2000, essas relações foram incrementadas e ganharam dinamismo que merece destaque, mesmo quando comparado a outros momentos da política externa brasileira em que as relações com a África foram ativas, como nos anos 1970.

A África para o Brasil faz parte da estratégia de relações Sul-Sul, em que o Brasil busca relações horizontais com países em desenvolvimento, em oposição à política vertical com os países desenvolvidos. Esse perfil de relações dá maior margem de manobra para o Brasil dar vazão ao crescimento econômico do país e à maior internacionalização da economia. Mas, não apenas econômico, o interesse do Brasil na África também é político, buscando nos países do continente o apoio e os votos necessários às reformas da governança global que o governo Lula elegeu como prioritárias.

Além disso, o continente recebeu investimentos diplomáticos: foram realizadas 28 visitas do presidente Lula ao longo de todo o seu mandato e 67 visitas do Ministro Celso Amorim (Ministério das Relações Exteriores, 2010), sendo que boa parte das visitas do presidente foram acompanhadas de grupos de empresários, representantes dos mais diversos ministérios e intelectuais. A cooperação internacional, outra forma de investimento diplomático, também foi incrementada, sendo a África uma das principais responsáveis pela mudança do Brasil da categoria de receptor para doador de cooperação.

Como resultado dessa convergência observa-se o crescimento do comércio de US\$ 5 bilhões, em 2002, para US\$ 26 bilhões, em 2008 (AMORIM, 2009). Na área de investimentos diretos, observa-se a presença de grandes empresas brasileiras, tanto do setor privado, quanto estatais, nas áreas de mineração, infraestrutura, serviços e na área petrolífera, além do surgimento de um novo filão de mercado para as franquias de marcas brasileiras.

Dessa forma, a aproximação de Brasil e África na primeira década do século XXI é resultado de conjuntura favorável internacional e bilateralmente e de convergência de objetivos e estratégias em ambos os lados do atlântico que foram capitaneadas favoravelmente para o incremento das relações bilaterais. A *The New Partnership for Africa's Development* (NEPAD) e a política externa do governo Lula foi ao encontro uma da outra e reforçaram-se mutuamente no sentido de sofisticar as relações entre o Brasil e o continente africano.

A inserção da EMBRAPA na Cooperação técnica internacional

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) foi fundada em 26 de abril de 1973. Era o início dos anos setenta, em um contexto em que o mundo vivia a chamada Revolução Verde, iniciativa dos países industrializados de estimular a produção intensiva de alimentos. No Brasil o desenvolvimento da agricultura era uma necessidade inquestionável. Era necessário, pois o Governo precisava equilibrar sua balança de pagamentos, através do crescimento das exportações de grãos, já que a produção de *commodities* agrícolas naquela época era limitada a café, açúcar, cacau e algodão.

Atualmente a empresa trabalha com 9.750 funcionários, possui 41 unidades descentralizadas com atuação focada no desenvolvimento sustentável do campo e na eficiência e competitividade do agronegócio. A crescente participação da Embrapa no cenário internacional, em decorrência da globalização, da integração econômica brasileira com outros países e do seu reconhecimento no que tange à importância da agricultura tropical, propicia à Empresa amplas possibilidades de cooperação, tanto como receptora quanto como prestadora. Os produtos da interação entre a Embrapa e outros atores internacionais, sejam eles centros de pesquisa, organismos internacionais ou países, têm sido transferidos à sociedade brasileira e proporcionado maior produtividade ao agronegócio brasileiro. São muitos os projetos ora em execução. (GUIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA EMBRAPA, 2009).

Para fomentar a cooperação científica e tecnológica com outros países, a Embrapa iniciou um programa de implantação de laboratórios virtuais no exterior, os quais visam a assegurar a presença física da Empresa fora do Brasil. O papel fundamental desses laboratórios é atuar na prospecção tecnológica e na articulação institucional para desenvolver projetos de pesquisa cooperativa em áreas e temas estratégicos. Por se tratar de um laboratório virtual, os Labex não têm os recursos de um laboratório convencional: eles compartilham os recursos das instituições parceiras. (EMBRAPA, 2012)

Em 1998 criou-se o Labex–EUA, com o apoio do Serviço de Pesquisa Agrícola (ARS) do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA). Nele, desenvolvem-se pesquisas nas áreas de nanotecnologia, recursos genéticos, sanidade animal, mudança climática global, utilização de novos

produtos agrícolas, modelagem, controle integrado de pragas, agricultura de precisão e segurança alimentar.

Em conformidade com a política externa do governo brasileiro de aproximação e cooperação com os países africanos, foi criado, em 2006, um Projeto de Cooperação Técnica para a África (Embrapa África) em Acra, capital de Gana, hoje essa cooperação atual em 18 países africanos. A finalidade do projeto é auxiliar, promover e fomentar o desenvolvimento social e o crescimento econômico dos países africanos por meio do compartilhamento de conhecimentos e de experiências no campo da pesquisa agropecuária. (PUENTE, 2010).

As principais áreas abordadas pela cooperação são: uso sustentável dos recursos naturais, sistemas produtivos e proteção sanitária de plantas e animais; fruticultura e horticultura tropical; biotecnologia e troca de material genético; zoneamento agrícola; transferência de tecnologia; e capacitação de recursos humanos. A seleção dessas áreas tem como foco a sustentabilidade da agricultura no continente. A atuação da Embrapa visa a beneficiar tanto o pequeno produtor como o agronegócio no continente e, com isso, criar oportunidades para o agronegócio brasileiro. (EMBRAPA,2012)

Também organismos internacionais têm participado dessas ações, alguns desde a criação da Embrapa em 1973. No âmbito da cooperação com os africanos, mais recentemente estão envolvidas e apoiando a atuação da Empresa na África: Banco Mundial, *Department for International Development* (DFID) do Governo Britânico, *International Fund for Agricultural Development* (IFAD) e *Forum for Agricultural Research in Africa* (FARA). Merece registro também a *Japan International Cooperation Agency* (JICA), que desde 1995 apoia financeiramente a realização, pela Embrapa Hortaliças, do "*Third Country Training Project*", de fato um programa de cursos de capacitação na produção de hortaliças voltado majoritariamente para países africanos de língua portuguesa. Em 15 cursos realizados até 2010, com duração média de cinco semanas, foram treinados mais de cem africanos, entre pesquisadores, professores e técnicos de campo.

Cabe a ABC, regulamentar e articular os investimentos e os projetos para que a Empresa brasileira execute, esta agência foi criada em setembro de 1987, por meio do Decreto Nº 94.973, como parte integrante da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), vinculada ao Ministério das relações Exteriores (MRE). Conforme estabelecido no Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores (2012), compete:

À Agência Brasileira de Cooperação planejar, coordenar, negociar, aprovar, executar, acompanhar e avaliar, em âmbito nacional, programas, projetos e atividades de cooperação para o desenvolvimento em todas as áreas do conhecimento, recebida de outros países e organismos internacionais e aquela entre o Brasil e países em desenvolvimento, incluindo ações correlatas no campo da

capacitação para a gestão da cooperação técnica e disseminação de informações. A ABC/MRE atua, no âmbito do Itamaraty, vinculada à Subsecretaria-Geral de Cooperação e de Promoção Comercial.

O sucesso da agricultura tropical brasileira motiva países pobres a buscar informações e apoio para a transferência de tecnologia da Embrapa. Gerando uma horizontalização dessa política de cooperação técnica brasileira.

A partir de 2003, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva determinou que as relações com a África voltassem a ser prioridade estratégica da política externa brasileira. A presente dinamização ampara-se na prioridade mais ampla conferida pelo Governo brasileiro à cooperação Sul-Sul. (ITAMARATY, 2012)

Boa parte dos países situados na região tropical, cujas características agro-ecológicas são similares às do Brasil, tem buscado no País os mecanismos necessários para o incremento da sua produção de alimentos, o combate à fome e à pobreza, a geração de empregos e a sustentabilidade do meio ambiente produtivo. Com efeito, a região da savana africana tem potencial importante e conta com condições semelhantes às do cerrado brasileiro de modo que pode vir a ser um novo centro mundial de produção de grãos e alimentos.

No caso específico da EMBRAPA, Lula funcionou, diversas vezes, como verdadeiro “garoto propaganda” da instituição. Em várias oportunidades, o ex-presidente discursou, dentro e fora do país, enfatizando que a excelência do órgão em sua área de atuação seria um instrumento valioso no ramo da cooperação sul-sul, uma vez que problemas graves, como a fome, poderiam ser minimizados por meio das tecnologias em agropecuária que a EMBRAPA domina. (LIMA, 2012).

Os projetos da EMBRAPA na África, de acordo com a Resenha da Política Exterior do Brasil, de 2010, diz que a instituição está presente em 16 países africanos, em 35 projetos que recebem investimentos em torno de 10 milhões de dólares. Os projetos de maior destaque são os chamados projetos estruturantes, que se encontra em três países: Senegal, Mali e Moçambique (PONTO SUL – SUL PARA O ATLÂNTICO, 2012).

Os ditos projetos estruturais oferecem diversas vantagens para a cooperação brasileira e, principalmente, para os países beneficiários: aumenta –se o impacto social e econômico sobre o público- alvo da cooperação, logra-se assegurar maior sustentabilidade dos resultados da cooperação brasileira, facilita-se a mobilização de instituições brasileiras para a implementação de diferentes componentes dos projetos e cria-se espaço para a mobilização de parcerias triangulares com outros atores internacionais, na linha dos projetos estruturantes, destaca-se a cooperação técnica da EMBRAPA e do SENAI nas áreas de agricultura e formação profissional. (LIMA, 2012, p.87)

Essa cooperação gera benefícios mútuos para africanos e brasileiros muito além da execução de projetos conjuntos na área agrícola. A incorporação de inovações tecnológicas à

agricultura africana abre oportunidades para entidades que atuam em agronegócio (companhias de sementes, indústrias de máquinas e implementos agrícolas, indústrias de fertilizantes, agroindústrias de processamento) e em infraestrutura (empresas de engenharia de construção de hidroelétricas, de canais de irrigação, de eletrificação rural, de rodovias para escoamento de produção etc.). (PLATAFORMA ÁFRICA–BRASIL,2011, p.12)

A expansão dessas atividades, por sua vez, deve desencadear oportunidades de emprego e alternativas de renda. Por conseguinte, projeta-se que essa cooperação possa contribuir para o crescimento da economia e o desenvolvimento econômico e social dos países parceiros.

O Corredor de Nacala: O caso de Moçambique.

Moçambique está localizado ao sudeste do continente africano, tem na agricultura sua principal fonte de renda, gerando assim uma grande parcela da população nesse tipo de trabalho. A Embrapa, junto com instituições de diferentes países, colabora com o país por meio da implantação de projetos de cooperação técnica voltados ao desenvolvimento do setor agropecuário por deter conhecimento e experiência em vários temas focais de interesse comum. A língua portuguesa se insere dentre os fatores que contribuem para o estabelecimento dos trabalhos em Moçambique.

A cidade de Nacala fica situada no norte de Moçambique, na Província de Nampula, e é banhada pelo Oceano Índico. Nacala tem bases aéreas e navais e algum desenvolvimento industrial, incluindo duas fábricas de cimento.

Através das ações da EMBRAPA – Moçambique , o governo brasileiro junto com parcerias privadas e órgãos públicos, e uma interligação como governo do Japão, estão tentando promover um projeto de agronegócio em grande escala no norte de Moçambique. Denominado “Pró - Savana”, o projeto poderá disponibilizar 14 milhões de hectares de terra para empresas brasileiras do agronegócio para a produção de soja, milho e outras culturas de rendimento que serão exportadas pelas empresas transnacionais japonesas. Essa área de Moçambique, conhecida como Corredor de Nacala é uma região onde moram milhões de famílias camponesas que correm o perigo de perder suas terras nesse processo.

Com base em publicações da ABC e do IPEA sobre a cooperação brasileira prestada aos países africano, e reforçado por dados publicados da EMBRAPA, pode-se dizer com grande margem de segurança que Moçambique é o país africano mais presente ao longo dos últimos 10 anos na agenda de ações de cooperação técnica da ABC , com a participação da EMBRAPA quando o tema envolve tecnologia agropecuária.

O Pró - savana (Programa de Cooperação Triangular para o Desenvolvimento da Agricultura nas Savanas Tropicais em Moçambique) é um projeto através do qual se pretende o aumento da produtividade através da agricultura intensiva e extensiva com uma forte componente de transferência de tecnologia. Tendo por base uma cooperação tripartida entre os governos de Moçambique, Brasil e Japão, o Pró - Savana pretende replicar nas savanas moçambicanas o êxito alcançado na utilização do chamado cerrado brasileiro (Figura 1) para a produção agrícola. (MACAUHUB, 2012)

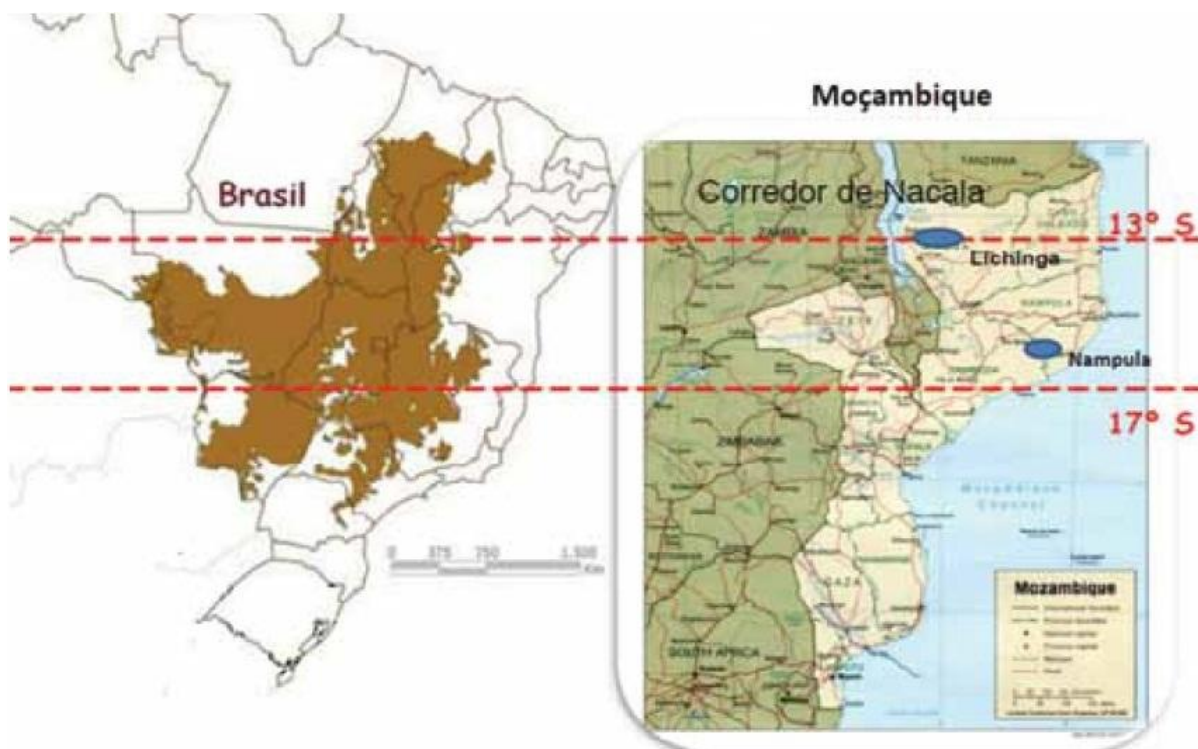


Figura 1 – Mapa comparativo do Brasil e Moçambique

Fonte: EMBRAPA (2012)

Por um lado uma coisa é certa: o modelo agrícola que os moçambicanos estão importando é um modelo de ponta. Mas, por outro lado, não há indícios de que seja, sequer aqui no Brasil, um modelo distribuidor de renda – ainda que gerador de riqueza – e será uma excelente oportunidade para que a Embrapa-Monsanto e outras empresas inerentes a esse modelo (quase todas estrangeiras, no Brasil e em Moçambique), consolidem a sua posição nesse continente eternamente suposto por desbravar.

O Corredor de Nacala se estende ao longo duma via ferroviária, que vai do Porto de Nacala na província de Nampula até dois distritos mais ao norte da província de Zambézia e acaba em Lichinga, na província de Niassa. É a região mais populosa do país. Com seus solos férteis e suas chuvas regulares e abundantes, milhões de camponeses trabalham nessas terras para produzir

alimento para suas famílias assim como para os mercados locais e regionais. (PARALELOS DO CORREDOR DE NACALA, 2012).

Com o Pró-Savana apresenta-se um cenário em que empresas do Brasil e Japão tomarão controle das mesmas terras para estabelecer grandes fazendas industriais, e produzir culturas de rendimento baratas para exportação. O referido programa pretende-se transformar o Corredor de Nacala numa versão africana do cerrado brasileiro, que foi convertido em grandes plantações de soja e cana de açúcar. A GV Agro, uma filial da Fundação Getúlio Vargas dirigida pelo antigo ministro brasileiro da Agricultura, Roberto Rodrigues, está coordenando os investidores brasileiros.

Uma declaração dada, pelos camponeses locais de "que não há espaço para agricultura em larga escala naquela zona" a (Revista Missões, 2012), líderes locais da União Nacional de Camponeses (Unac) reuniram-se na cidade de Nampula para discutir o Pró - Savana. Numa declaração resultante da reunião, a liderança local diz estar "extremamente preocupada com o fato do Pró - Savana demandar milhões de hectares de terra ao longo do Corredor de Nacala, pois a realidade local mostra a falta de disponibilidade dessas extensões de terra, visto que a mesma é usada por camponeses com recurso à técnica de *pousio*".

A declaração condena "qualquer iniciativa que preconize o reassentamento de comunidades e expropriação de terra dos camponeses, para dar lugar a megaprojetos agrícolas de produção de monoculturas", assim como "a vinda em massa de agricultores brasileiros que se dedicam ao agronegócio, transformando camponeses moçambicanos em seus empregados e em trabalhadores assalariados rurais". (REVISTA MISSÕES, 2009):

Neste mesmo artigo da revista Missões, "O governo convidou-nos a algumas reuniões, mas tudo que nos foi mostrado foram apresentações em *power point*, sem nenhuma oportunidade de levantar questões", diz Gregório A. Abudo, presidente da União Provincial das Cooperativas de Nampula. "Queremos transparência. Queremos saber dos detalhes."

Os governos de Moçambique, Brasil e Japão estão avançando, a portas fechadas, com um plano diretor para o projeto ProSavana, o qual pretendem finalizar até julho de 2013. O Japão estará financiando a construção de infraestruturas no Corredor de Nacala enquanto que segundo um representante do ABC, a Getúlio Vargas Agro assegurou "muito, mas muito dinheiro" para um fundo que será investido na agricultura em larga escala. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, a Embrapa, está reforçando capacidades das estações de pesquisa de Moçambique em Nampula e Lichinga e trazendo variedades de soja, milho e algodão do Brasil para testar sua adaptabilidade às condições locais do Corredor de Nacala.

Já a União Nacional dos Camponeses – Moçambique diz que o Pró - Savana é resultado de uma política vinda do topo para a base e não levam em consideração as demandas, sonhos e preocupações básicas dos camponeses. A Unac adverte que o projeto vai dar surgimento a comunidades sem terra, gerar convulsão social, pobreza, corrupção e destruição do meio ambiente.

Para a Unac, se é para se investir no Corredor de Nacala, ou em Moçambique em geral, esses investimentos têm que ser feitos prioritariamente para desenvolver a agricultura e a economia camponesas. Esta é a única agricultura capaz de criar empregos dignificantes e duradouros, conter o êxodo rural, produzir alimentos de qualidade e em quantidade suficiente para toda a Nação moçambicana. (ECO DEBATE, 2012)

Considerações Finais

Este artigo analisou em um primeiro momento, o histórico da cooperação técnica brasileira, bem como a sua importância para os países em desenvolvimento, deu destaque a ações que foram efetivadas de fato no governo Lula.

Nesta nova configuração econômica e ordem global do qual o mundo atualmente vive, deu ao Brasil uma maior afirmação necessária á esse cenário, para isso a inserção da EMBRAPA, estatal brasileira que atua na área das pesquisas agropecuária, foi importantíssima, pois ela atua como parceira de diversos países no mundo, com destaque para os projetos desenvolvidos no continente africano.

Com a cooperação Sul-Sul, o Brasil que antes era um receptor para o desenvolvimento, passou a ser capaz de atuar, como prestador de cooperação, sendo capaz de transferir tecnologia e conhecimento, auxiliando no desenvolvimento de países também em desenvolvimento.

Destaca-se no continente africano, o país de Moçambique, pois entre os demais é o lugar que mais recebe atuação das instituições brasileiras, entre os projetos o Corredor de Nacala, junto com o programa Pró-Savana tem merecido destaque, com a implantação de grandes produtos agroindustriais, por outro lado questões agrárias com os pequenos camponeses tem chamado a atenção uma vez que eles dizem que estão sendo desapropriados das suas terras para a implantação dos projetos agroindustriais.

Portanto, em uma perspectiva desenvolvida de responsabilidade, partindo de um país periférico no sistema internacional para outro, também periférico, desfaz a ideia de que a ajuda e a cooperação podem somente se efetivar no âmbito e sentido das relações Norte/Sul ou Desenvolvidos/Subdesenvolvidos.

Trata-se de um novo paradigma de política que não se mantém indiferente aos sofrimentos e carências das nações menos favorecidas. Tais elementos evidenciam a reorientação da atuação externa brasileira também considerando a solidariedade e a responsabilidade devida para com as populações que sofrem em função de conflitos internos, carências de todas as ordens, repressão, falência do Estado, impossibilidade ou ausência de vontade deste de reduzir tais sofrimentos. (ALVES, 2010, p.23). Também evidencia a reprodução de modelos internos de desenvolvimento desigual no exterior, como o agronegócio monocultor para a exportação que tantas críticas sofre no Brasil por afetar as comunidades tradicionais brasileiras e os ecossistemas. Esse mesmo modelo está a ser exportado para a África, causando os mesmos danos às comunidades tradicionais e ao meio ambiente africano.

Referencias Bibliográficas

ABREU, Poliana Reis. **Cooperação técnica para o desenvolvimento e a política externa brasileira**. Disponível em <<http://unibhri.files.wordpress.com/2010/12/poliana-reis-abreu-cooperac3a7c3a3o-tc3a9cnica-para-o-desenvolvimento-e-a-peb.pdf>> Acessado em: 09 de set 2012.

ALMEIDA, Paulo R. “**A política internacional do Partido dos Trabalhadores**: da fundação do partido à diplomacia do governo Lula”, revista Sociologia e Política. Curitiba UFPR. ISSN: 0104-4478. nº 20, p. 87-102. 2003.

AMORIM, Celso. “Lecture given by Foreign Minister Celso Amorim at a Seminar organized by the Valor Econômico and Wall Street Journal newspapers, New York, 16th March 2009”. In *Brazilian Foreign Policy Handbook 2008-2009*. Brasília: FUNAG, 2010.

BRASIL, de Fato. **Agronegócio brasileiro invade Moçambique**. Revista Missões. Disponível em: <<http://www.revistamissoes.org.br/buscar?query=Agroneg%C3%B3cio+brasileiro+invade+Mo%C3%A7ambique&x=0&y=0>> Acessado em 10 Jan 2013.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. Agência Brasileira de Cooperação. **Diretrizes para o desenvolvimento da cooperação técnica Internacional multilateral e bilateral**. Brasília; Agência Brasileira de Cooperação, 2004.

BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **PLATAFORMA ÁFRICA–BRASIL DE INOVAÇÃO AGROPECUÁRIA**, Disponível em <http://www.portalafrica.com.br/portalafrica/public_html/index.php> acessado em: 17 Jan 2013.

BRASIL, Agência Brasileira de Cooperação. **Histórico da cooperação técnica brasileira**. Disponível em: <www.abc.gov.br>. Acessado em: 25 Nov 2012.

CABRAL, José Irineu. **Sol da Manhã: memória da Embrapa**: 1 ed. Brasília: UNESCO, 2005. 346 p.

CERVO, Amado Luiz. **O Desafio Internacional: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias**. Brasília: Ed.UNB, 1994.

Costa, Flávio. Revista Missões. Disponível em < <http://www.revistamissoes.org.br/noticias/ler/id/6152>> Acessado em : 02 Jan 2013

EMBRAPA, Assessoria de Relações Internacionais. **Guia de Relações Internacionais da Embrapa**. Brasília, DF, 2009.

INOUE, Cristina Yumie Aoki, M.S. **A cooperação internacional na política brasileira de desenvolvimento**. Associação Brasileira de Organizações Não – Governamentais (ABONG). Núcleo Animação Terra e Democracia. 51 p. 1995.

IPEA, **PONTE SOBRE O ATLÂNTICO Parceria Sul-Sul para o Crescimento Brasil e África Subsaariana**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=12637&Itemid=1> Acessado em: 09 Set 2012.

LIMA, José Diniz Ferreira de. **A ABC e a EMBRAPA na África, parceria na Cooperação Técnica: O Caso de Moçambique.** Brasília, 2012.

LIMA, Maria Regina Soares de. **A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul – Sul; Revista Brasileira de Política Internacional.** Print Version ISSN 0034 – 7329, Rev. Bras. Polit. Int., Vol. 48, no 1, Brasília, Jan/June 2005;

LOBO, Lynette de Andrade. **A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS EMPRESAS BRASILEIRAS: A NOVA GEOGRAFIA INTERNACIONAL E SUAS AMPLICAÇÕES DA POLÍTICA DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA EMBRAPA, A PARTIR DE 2003.** Disponível em: <http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/1097/1/2010_LynetteAndradeLobo.pdf> Acessado em: 25 Nov. 2012

MAGALHÃES, Bonifácio Peixoto. **A Política Externa do Brasil: O Papel da Embrapa na Cooperação Técnica.** Brasília, 2008. Disponível em <http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/1076/1/2008_Bonif%C3%A1cioPeixotoMagalh%C3%A3es.pdf> Acessado em :13 Out. 2012.

PUENTE, Carlos Afonso. **A cooperação técnica horizontal brasileira como instrumento de política externa: a evolução da cooperação técnica com países em desenvolvimento – CTPD – no período 1995-2005.** Brasília, FUNAG, 2010.

SARAIVA, Miriam Gomes. **As estratégias de cooperação Sul – Sul nos marcos da política externa brasileira de 1993 a 2007 - Rev. Bras. Polít. Int. 50 (2): 42-59 [2007].** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v50n2/a04v50n2.pdf> > Acessado em: 27 Out. 2012

UNIÃO NACIONAL CAMPONESA - UNAC. Disponível em < <http://www.unac.org.mz/>> Acessado em: 02 Jan 2013.

VAZ, Alcides Costa; INOUE, Cristina Yumie Aoki: **Funding International development: The role of emerging economies. The Brazilian case.** PBDD Partnership & Business Development Division December 2007.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **De FHC a Lula: uma década de política externa (1995 – 2005).** Civitas, v.5. p. 381 – 397, 2005.